



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Concurso Público para Provimento de Cargos de Analista Judiciário – Área Administrativa

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos

I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue, trecho de um artigo publicado em **1948**.

O Brasil se desenvolveu como nação politicamente independente na fase em que a economia capitalista transformava o mundo num sistema de mercados. A economia moderna não permite, senão em escala reduzida, o desenvolvimento autônomo das economias nacionais. Tudo se liga, e os países dependem, cada vez mais, dos grandes centros em que se concentram as forças do imperialismo econômico. A primeira realidade que o brasileiro encontra pela frente é, portanto, a dependência estreita em que vivemos. Assim sendo, somos obrigados a seguir a oscilação dos líderes da economia mundial, e a conseqüência disso é vivermos sem poder equilibrar duas forças contraditórias, que passamos a expor.

Com efeito, pelo fato de sermos um país predominantemente agrícola e pecuário, fornecedor de matérias-primas e produtos alimentares, a maioria das nossas populações vive em estado de atraso, sem ligação com o progresso da vida moderna. Assim, desenvolvem-se necessidades locais muito específicas, requerendo medidas locais e economia orientada para as zonas do interior, já que o nível dessas populações as coloca, mais ou menos, conforme o caso, à margem dos tipos modernos de vida econômica. Por outro lado, como estamos na dependência dos grandes centros econômicos, a nossa economia é solicitada, a cada momento, a se ajustar ao ritmo variável da economia mundial – o que acarreta a necessidade de uma política econômica de caráter geral, com medidas de larga escala, voltadas para as exigências da balança internacional de comércio. Até agora não se estabeleceu, no Brasil, a difícil harmonia entre essas duas tendências contraditórias.

(Antonio Candido, **Folha Socialista**, nº 3. São Paulo, 1948)

1. O texto expõe a seguinte idéia fundamental:
- (A) O desenvolvimento do Brasil vem se acelerando a despeito do ritmo da economia capitalista.
 - (B) O fato de nossa economia ser essencialmente rural impossibilita medidas econômicas localizadas.
 - (C) O entrave do nosso desenvolvimento econômico está na dificuldade de conciliarmos medidas pontuais e medidas de caráter geral.
 - (D) A superação de nossas contradições econômicas implica a adoção de medidas orientadas para as zonas mais desenvolvidas.
 - (E) As contradições de nossa economia são inerentes à implantação do sistema mundial de mercados.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. Na frase *O Brasil se desenvolveu como nação politicamente independente na fase em que a economia capitalista transformava o mundo num sistema de mercados*, as ações destacadas mantêm entre si uma relação de exclusão.
- II. Na frase *A economia moderna não permite, senão em escala reduzida, o desenvolvimento autônomo das grandes economias internacionais*, o segmento destacado tem o valor de uma ressalva.
- III. Na frase *A primeira realidade que o brasileiro encontra pela frente é, portanto, a dependência estreita em que vivemos*, o segmento destacado tem o valor de uma hipótese.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

3. Até agora não se estabeleceu, no Brasil, a difícil harmonia entre essas duas tendências contraditórias.

Mantém-se o sentido original da frase acima em:

- (A) Essas duas tendências contraditórias não deixam de possibilitar que, no Brasil, ainda hoje se estabeleça uma difícil harmonia.
- (B) No Brasil, a problemática conciliação dessas duas orientações conflituosas ainda não se efetivou.
- (C) Ainda assim é difícil a conciliação entre essas forças opostas, conquanto venha a se estabelecer no Brasil.
- (D) Até hoje não se determinou, no Brasil, a dificuldade de equilíbrio dessas tendências inconciliáveis.
- (E) No Brasil, mesmo agora a difícil superação dessas forças harmônicas ainda não se estabeleceu.

4. Na reconstrução de uma frase do texto, **desrespeitou-se** a concordância verbal em:

- (A) Às economias nacionais não se permite, modernamente, que se desenvolvam de modo autônomo e competente.
- (B) Ainda não se encontraram, para essas duas tendências contraditórias, quaisquer possibilidades de harmonização.
- (C) Quando não se está ligado ao progresso da vida moderna, como ocorre com boa parte dos brasileiros, paga-se com as conseqüências do atraso.
- (D) Devem-se às oscilações dos líderes da economia mundial boa parcela do desequilíbrio da nossa própria economia.
- (E) Devido à dificuldade de se ajustarem ao ritmo variável da economia mundial, há medidas que, mesmo necessárias, deixamos de tomar.

<p>5. É exemplo de correta transposição da voz ativa para a passiva:</p> <p>(A) O nível de vida dessas populações as coloca à margem da modernidade = Essas populações são colocadas à margem da modernidade por seu nível de vida.</p> <p>(B) Até agora não se estabeleceu a difícil harmonia entre essas duas tendências = Até agora não foi estabelecida a difícil harmonia entre essas duas tendências.</p> <p>(C) Desenvolvem-se necessidades locais muito específicas = Foram desenvolvidas necessidades locais muito específicas.</p> <p>(D) Os países dependem, cada vez mais, dos centros do imperialismo econômico = Os países são dependentes, cada vez mais, dos centros do imperialismo econômico.</p> <p>(E) A nossa economia deve se ajustar a um ritmo variável = A nossa economia deve ser ajustada por um ritmo variável.</p>	<p>8. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:</p> <p>(A) Embora se requeram, aqui e ali, medidas locais, não haverá como abstermos-nos de medidas de caráter geral.</p> <p>(B) Se um país não se provir de planos econômicos próprios, estará cada vez mais dependente do ritmo que lhe impor a economia global.</p> <p>(C) Se não nos convir o ritmo ditado pela economia global, fazer-se-á necessário criar um modelo que melhor se adequê à nossa realidade.</p> <p>(D) Os grandes centros econômicos associaram-se e comporam, paulatinamente, um sistema de mercados ao qual é praticamente impossível um país deixar de pertencer.</p> <p>(E) O que de fato obstrui o desenvolvimento da economia nacional é a oscilação entre direções dificilmente conciliáveis, a que vimos nos sujeitando.</p>
<p>6. Considerando-se o contexto em que a frase ocorre, a expressão sublinhada preserva o sentido da expressão indicada entre parênteses em:</p> <p>(A) <u>Pelo fato de</u> sermos um país predominantemente agrícola e pecuário, a maioria das nossas populações vive em estado de atraso. (Não obstante).</p> <p>(B) <u>Por outro lado</u>, a nossa economia é solicitada a se ajustar ao ritmo variável da economia mundial. (De outro modo).</p> <p>(C) A economia moderna não permite, <u>senão</u> em escala reduzida, o desenvolvimento autônomo das economias nacionais. (a não ser).</p> <p>(D) <u>Assim sendo</u>, somos obrigados a seguir a oscilação dos líderes da economia mundial (ainda assim).</p> <p>(E) Os países dependem, <u>cada vez mais</u>, dos grandes centros do imperialismo econômico (de mais a mais).</p>	<p>9. <i>Tudo se liga, e os países dependem, cada vez mais, <u>dos grandes centros em que se concentram as forças do imperialismo econômico.</u></i></p> <p>Substituindo-se, na frase acima, as formas dependem e se concentram, respectivamente, pelas formas subordinam-se e se irradiam, o segmento sublinhado deverá ser substituído por</p> <p>(A) nos grandes centros onde.</p> <p>(B) aos grandes centros de onde.</p> <p>(C) pelos grandes centros aonde.</p> <p>(D) aos grandes centros em cujos.</p> <p>(E) nos grandes centros por onde.</p>
<p>7. Está correta a grafia de todas as palavras da frase:</p> <p>(A) Ao ascender à condição de um grande sistema de mercados, a economia mundial propiciou o poder hegemônico dos grandes conglomerados financeiros.</p> <p>(B) Se os grandes centros econômicos não se emi-cuissem decisivamente nas economias nacionais, talvez estas lograssem alcançar um índice expressivo de desenvolvimento.</p> <p>(C) Os economistas podem discentir quanto às soluções para o nosso desenvolvimento, mas reconhecem que o imperialismo econômico é um fator crucial para nosso atraso.</p> <p>(D) A necessidade de sincronizar o ritmo de nossa economia com o da expansão da economia global constitui uma das exigências mais difíceis de serem atendidas.</p> <p>(E) Não fosse a dicotomia das direções econômicas com que nos deparamos, o Brasil talvez não se firmasse numa posição de maior relevância entre os países emergentes.</p>	<p>10. O Brasil é rico em matérias-primas, mas não basta <u>possuirmos matérias-primas</u>, o desejável é que pudéssemos <u>processar as matérias-primas</u>, industrializar <u>essas matérias-primas</u> e auferir todo o lucro potencial <u>embutido nessas matérias-primas</u>.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo-se, de modo correto, os elementos sublinhados, respectivamente, por:</p> <p>(A) as possuirmos - processá-las - industrializá-las - nelas embutido</p> <p>(B) lhes possuirmos - processá-las - industrializá-las - embutido-lhes</p> <p>(C) possuirmo-las - lhes processar - lhes industrializar - nelas embutido</p> <p>(D) as possuirmos - as processar - industrializar-lhes - nelas embutidas</p> <p>(E) possui-las - processar-lhes - industrializar-lhes - embutido-lhes</p>

Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto que segue.

Governo discute se programa para índios é legal

Um programa de FM dirigido a índios e outros moradores da fronteira do Brasil com o Paraguai, no Mato Grosso do Sul, corre o risco de ser considerado ilegal pelo governo federal. Transmitida em nheengatu (segundo o dicionário Aurélio, língua que se originou do tupi), a atração pode ser enquadrada numa lei de 1963, que proíbe veiculações em língua estrangeira. Pela regra, só emissoras de ondas curtas podem operar com outros idiomas, mediante autorização do Ministério das Comunicações.

Mistura de termos indígenas com espanhol e português, o nheengatu originou-se do período da colonização brasileira. Calcula-se que seja utilizado por cerca de 370 mil pessoas no MS. A essa população é dirigido “Nheengatu”, programa da FM educativa de Campo Grande que vai ao ar três vezes por semana e tem estréia marcada na TVE do Estado em agosto. Sua sobrevivência no rádio e sua migração para a televisão são objetos agora da seguinte análise, em curso no ministério: essa é ou não é uma língua “estrangeira”?

“Além de tantos crimes históricos contra os índios, querem cometer mais um”, afirmou Bosco Martins, presidente da FM e da TVE, que recebeu do ministério solicitação para encaminhar informações sobre o programa. “O nheengatu foi proibido por D. João IV, em 1727, que queria oficializar o português. Hoje, permanece vivo como uma forma de resistência cultural”, afirma Marlei Sigrist, professora da Universidade Federal do MS, que desenvolveu um estudo sobre o programa.

Para Marcos Bitelli, especialista em leis de radiodifusão, o “Nheengatu” não pode ser proibido. “A lei que estabelece restrições a irradiações em língua estrangeira não pode ser aplicada ao nheengatu, que era a principal língua brasileira na colonização”.

(Laura Mattos, **Folha de S. Paulo**, 18/06/2003)

11. A controvérsia de que trata o texto é de natureza eminentemente

- (A) jurídica, já que se trata de decidir sobre a vigência ou não de uma lei de 1963.
- (B) histórica, pois remonta a um documento produzido em pleno período colonial.
- (C) cultural, já que se trata de qualificar a forma de expressão de uma coletividade.
- (D) econômica, pois envolve interesses particulares que dependem de recursos públicos.
- (E) política, pois implica conflito de interesses entre os diferentes poderes do Estado.

12. Atente para as seguintes afirmações:

- I. As observações de Bosco Martins, de Marlei Sigrist e de Marcos Bitelli convergem no fundamental – a língua nheengatu deve ser preservada – mas são omissas quanto à legitimidade ou legalidade do programa de rádio.
- II. O argumento de que se vale Marcos Bitelli permite depreender que razões de ordem histórica devem ser levadas em conta num processo de avaliação do que seja uma “língua nacional”.
- III. A jornalista, para dar notícia do fato polêmico, investigou-o, informou-se com autoridades e especialistas e deu voz ao público diretamente envolvido.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

13. Está clara e correta a redação da seguinte frase:

- (A) Mixto de termos indígenas e hispânicos, segundo o Aurélio, o nheengatu remonta ao regime colonial, onde D. João IV, em 1727, promulgou uma lei em que este era terminantemente revogado.
- (B) Segundo afirma Marlei Sigrist, o nheengatu tem caráter preservativo, conquanto represente uma resistencial cultural contra todos os que vão ao encontro do princípio de sua conservação.
- (C) Bosco Martins sugere que, dentre os crimes por ventura já imputados contra os índios, tal interdição lhe soa como mais um, não lhe parecendo próprio proibir esse programa.
- (D) A transmissão do programa pode vir a ser interrompida, caso entenda a justiça que o “Nheengatu” tipifica uma veiculação em língua estrangeira, o que contraria o disposto na lei de 1963.
- (E) Não é pouco representativa a cifra de 370 mil falantes do nheengatu, idioma com o qual se veiculará o mesmo programa, de sorte que só este fato teria argumentos para se contraditarem à acusação de que é uma “língua estrangeira”.

14. Está correto o emprego de **ambas** as expressões sublinhadas na frase:

- (A) A transmissão do programa “Nheengatu”, contra a qual parece ter-se insurgido o Ministério das Comunicações, despertou viva polêmica acerca do que vem a ser uma língua nacional.
- (B) O português e o espanhol, idiomas a cujos vieram somar-se termos indígenas, talvez já tenham merecido alguma contestação quanto ao fato de serem línguas nacionais.
- (C) D. João IV, em 1727, já manifestava a preocupação em que o predomínio de uma língua estrangeira diante da língua oficial representaria um risco para o processo de colonização.
- (D) A ilegalidade do programa radiofônico, cujas a língua é o nheengatu, foi aventada pelo Ministério das Comunicações, que recorreu a especialistas para melhor se informar em face da questão.
- (E) A opinião de Marlei Sigrist, em favor a qual há argumentos antropológicos, é que a divulgação do nheengatu constitui uma forma de resistência cultural, mediante o que devem se engajar os defensores das minorias.

<p>15. Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:</p> <p>(A) Consta que o <i>nheengatu</i>, uma mistura de termos indígenas com o português tem suas raízes no período colonial brasileiro, chegando a ser proibido por D. João IV em seu intuito de oficializar o português.</p> <p>(B) A indignação de Bosco Martins é das mais justas pois, tendo os índios sido vítimas de tantos crimes, a possível proibição ao “<i>Nheengatu</i>” parece soar como: mais uma violência injustificável.</p> <p>(C) O fato de que cerca de 370 mil pessoas utilizam o <i>nheengatu</i>, mereceria, por si só, uma atenção especial não só das zelosas autoridades federais como de todos aqueles que têm visto na cultura popular, uma forma de resistência.</p> <p>(D) Dado que a lei de 1963 não podia prever o advento da Internet, parece anacrônico hoje em dia estabelecer o confinamento, à frequência de, ondas curtas, dos programas de rádio transmitidos em língua estrangeira.</p> <p>(E) A repórter, precavidamente, valeu-se do dicionário Aurélio, mas certamente obteria melhores e mais precisas informações acerca do <i>nheengatu</i> se, em vez de um dicionário, recorresse a um especialista em línguas indígenas.</p>	<p>18. Quanto à necessidade ou não de utilização do sinal de crase, está inteiramente correta a frase:</p> <p>(A) Quem está à alguma distância de Campo Grande não pode avaliar à contento o mérito da polêmica à que se refere o texto.</p> <p>(B) Não é aqueles que se instalam nos gabinetes oficiais que cabe a interdição do uso de uma língua à cuja preservação estejam devotados milhares de falantes.</p> <p>(C) Quem visa à restringir a utilização de uma língua das minorias deveria também se ater à toda e qualquer má utilização das chamadas línguas oficiais.</p> <p>(D) As decisões que se tomam à revelia do interesse das populações são semelhantes àquelas tomadas na vigência dos atos institucionais da ditadura militar.</p> <p>(E) Quem se manifeste contrário à uma única manifestação de arbitrariedade está manifestando sua hostilidade à todas as medidas arbitrárias.</p>
<p>16. Para se atender às normas de concordância, é preciso corrigir a forma verbal sublinhada na frase:</p> <p>(A) Não nos <u>parece</u> que sejam irrelevantes quaisquer medidas que visem à preservação de línguas utilizadas pelas minorias.</p> <p>(B) Que não se <u>meça</u> esforços para se preservar ou resgatar um fato cultural que ajude a compreender o nosso passado histórico.</p> <p>(C) <u>Tem</u> havido muitas pressões para garantir os direitos das minorias, tais como a utilização e a veiculação de línguas que resistem ao desaparecimento.</p> <p>(D) As populações a quem <u>interessa</u> preservar seus direitos históricos devem unir-se e mobilizar-se contra medidas autoritárias.</p> <p>(E) Caso politicamente não <u>convenha</u> às autoridades do Ministério das Comunicações proibir o programa “<i>Nheengatu</i>”, este será mantido em sua forma original.</p>	<p>19. A má redação tornou incoerente a seguinte frase:</p> <p>(A) Embora seja compreendido e falado por uma minoria, o <i>nheengatu</i> tem o direito de ser preservado como uma língua de uso, não podendo ser abolido por decreto.</p> <p>(B) Em virtude de ser compreendido e falado por uma minoria, o <i>nheengatu</i> deveria ser visto como prova da resistência de uma cultura, e não como ameaça social.</p> <p>(C) A menos que o <i>nheengatu</i> fosse compreendido e falado por poucas pessoas, tampouco poderia ser analisado como um fato cultural de relevância.</p> <p>(D) Ainda que o <i>nheengatu</i> fosse compreendido e falado por poucas centenas de pessoas, isso não deixaria de constituir um fato de relevância cultural.</p> <p>(E) Muito embora seja compreendido e falado por uma pequena minoria, o <i>nheengatu</i> não deixa de ter um significativo valor cultural.</p>
<p>17. Está adequada a articulação entre os tempos verbais na frase:</p> <p>(A) Caso venha a ser considerado nocivo à comunidade, o programa “<i>Nheengatu</i>” deverá ter sido proibido pelas autoridades.</p> <p>(B) A menos que fosse nocivo o conteúdo veiculado pelo programa “<i>Nheengatu</i>”, não há razões para que se o houvera proibido.</p> <p>(C) Se o conteúdo veiculado pelo programa “<i>Nheengatu</i>” vier a se revelar nocivo, só assim se pudesse cogitar de proibir sua transmissão.</p> <p>(D) No caso de que o programa “<i>Nheengatu</i>” se caracterizasse por transmitir idéias nocivas à comunidade, cabe cogitar sua proibição.</p> <p>(E) A menos que o conteúdo veiculado pelo programa “<i>Nheengatu</i>” possa ser considerado nocivo à comunidade, não há razões para que se venha a proibi-lo.</p>	<p>20. No contexto da frase <i>Pela regra, só emissoras de ondas curtas podem operar com outros idiomas, mediante autorização do Ministério das Comunicações,</i></p> <p>I. <i>podem operar com outros idiomas</i> equivale a <i>podem se valer de outros idiomas em suas transmissões.</i></p> <p>II. o termo <i>mediante</i> tem o sentido de <i>salvo</i>.</p> <p>III. o termo <i>só</i> tem o mesmo sentido que assume numa frase como <i>Foi encontrado só, em seu quarto.</i></p> <p>Em relação ao enunciado, está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) II e III, apenas.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) I e II, apenas.</p> <p>(E) I, apenas.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A partir da Lei de Responsabilidade Fiscal, os limites globais de receita devem ser repartidos sem que excedam, na esfera federal, para o Poder Judiciário e para o Poder Legislativo, respectivamente,

- (A) 6% e 2,5%
- (B) 5% e 2,5%
- (C) 4% e 2%
- (D) 3% e 1,5%
- (E) 2% e 1%

22. Quando a despesa corrente derivada de lei fixa para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios, ela recebe o nome de despesa

- (A) permanente com pessoal.
- (B) obrigatória de caráter continuado.
- (C) de controle orçamentário obrigatório.
- (D) continuada por permanência orçamentária.
- (E) de obrigação orçamentária fundada.

23. O Prefeito Totonho Filho realizou desapropriações para abertura de uma nova avenida em sua cidade. Realizada a obra, sobraram pequenas porções de terrenos, à margem da nova via, inaproveitáveis pelo Poder Público. O Prefeito, considerando que os remanescentes foram avaliados por menos de R\$ 10.000,00 cada um, pretende aliená-los. A alienação, cumpridos os requisitos legais, será feita por

- (A) concessão do direito real de uso.
- (B) dação em pagamento.
- (C) doação.
- (D) permuta.
- (E) investidura.

24. O Prefeito Totonho Filho, alegando dispensa de licitação e interesse público, doou imóvel do Município para que a Autarquia de Águas e Esgotos dele fizesse uso. Tempos depois, a Autarquia, alegando não mais necessitar do imóvel, alienou-o. Nesse caso, o Prefeito agiu

- (A) corretamente e o mesmo ocorreu com a Autarquia, visto que o imóvel integrava seu patrimônio e ela goza de autonomia jurídica.
- (B) incorretamente, visto que a licitação não poderia ser dispensada, nem mesmo para doação à Autarquia, a qual também agiu incorretamente, visto que o imóvel doado deveria retornar ao patrimônio da pessoa jurídica doadora.
- (C) corretamente e a Autarquia não, visto que o imóvel deveria retornar ao patrimônio da pessoa jurídica doadora.
- (D) incorretamente, visto que a licitação não poderia ser dispensada, nem mesmo para doação à Autarquia, que, de sua parte, agiu corretamente, visto que o imóvel integrava seu patrimônio e ela goza de autonomia jurídica.
- (E) corretamente e a Autarquia não, visto que, para alienar o imóvel, ela não estava sujeita à licitação, mas dependia de anuência do Prefeito e autorização legislativa.

25. Segundo a organização constitucional brasileira, a apreciação de decisões administrativas, como controle legislativo, inclusive sob os aspectos da oportunidade e da conveniência,

- (A) é inconstitucional, visto que somente a Administração pode rever seus atos e o Poder Judiciário analisá-los sob a ótica da legalidade.
- (B) não deve jamais ser aceita, visto que implica ingerência indébita de um Poder em outro.
- (C) é apenas de natureza financeira, com auxílio do Tribunal de Contas, já que esta é a única permissão constitucional.
- (D) é de natureza política e abrange ora a legalidade, ora o mérito.
- (E) é de natureza política e pode ser exercida amplamente sobre todos os atos do Poder Executivo.

26. Em certame licitatório, dois licitantes restaram empatados em primeiro lugar, mesmo depois de utilizados os critérios legais de preferência. Nesse caso, a classificação

- (A) será definida pelo órgão licitante, por livre escolha apenas dentre os dois licitantes empatados.
- (B) se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- (C) não poderá ser feita, declarando-se frustrada a licitação e abrindo-se uma nova para o mesmo objeto.
- (D) se fará por acordo entre os vencedores, no prazo de 24 horas, sob pena de livre escolha pelo órgão licitante.
- (E) beneficiará o licitante que primeiro protocolou sua proposta, em razão dos princípios da prioridade e da precedência.

27. O Prefeito Totonho Filho pretende construir um Teatro público em seu Município, embora não saiba quando será possível construí-lo. Precisa escolher um bom projeto, artística e tecnicamente, e, não tendo na Prefeitura um profissional de gabarito para tanto, entende estar obrigado a licitá-lo. Nesse caso, o adequado é a licitação do projeto mediante

- (A) concurso entre quaisquer interessados que atendam aos critérios constantes do edital, mediante instituição de prêmio ao vencedor.
- (B) convites aos profissionais afetos à área e nela tecnicamente habilitados, no mínimo três, cadastrados ou não no Município.
- (C) concorrência entre quaisquer interessados que comprovarem os requisitos técnicos exigidos no edital.
- (D) leilão do direito de projetar o Teatro, aberto a qualquer interessado que tenha a habilitação técnica exigida no edital.
- (E) tomada de preços entre quaisquer profissionais habilitados na fase preliminar e que tenham o gabarito exigido no edital.

<p>28. O contrato administrativo pode ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, devendo ser reduzido a termo no processo de licitação. Nesse caso, a condição <i>sine qua non</i> exigida é que</p> <p>(A) os pagamentos devidos pela Administração estejam atrasados há mais de 90 dias.</p> <p>(B) tenha havido comprovado prejuízo por três meses consecutivos para o contratado.</p> <p>(C) haja conveniência para a Administração.</p> <p>(D) as cláusulas contratuais estejam tendo insatisfatório cumprimento.</p> <p>(E) ocorra alteração social da empresa contratada que prejudique a execução do contrato.</p>	<p>32. Uma resolução é um ato administrativo que pode ser classificado como</p> <p>(A) permissivo, podendo ser interno ou externo, quanto aos efeitos.</p> <p>(B) ordinatório e seus efeitos são internos à Administração.</p> <p>(C) normativo, podendo ser interno ou externo, quanto aos efeitos.</p> <p>(D) enunciativo, podendo ser vinculado ou não, conforme a extensão de sua eficácia.</p> <p>(E) punitivo e seus efeitos podem ser a interdição de atividade ou a imposição de multa.</p>
<p>29. O princípio da moralidade administrativa diz respeito</p> <p>(A) à moral paralela, que, embora ilegítima, deve ser acatada, porque é lícita.</p> <p>(B) ao próprio princípio da legalidade e se identifica com a moral aceita pelo <i>homo medius</i>.</p> <p>(C) à economia interna da Administração, excluída sua apreciação pelo Poder Judiciário.</p> <p>(D) à desonestidade e, portanto, se subordina ao interesse público ou finalidade do ato.</p> <p>(E) ao conjunto de regras de conduta tiradas da disciplina interior da Administração.</p>	<p>33. As receitas provenientes da conversão em espécie de bens e direitos são receitas</p> <p>(A) de capital, assim como o superávit do orçamento corrente.</p> <p>(B) correntes, assim como a receita tributária.</p> <p>(C) de capital, assim como a receita patrimonial.</p> <p>(D) correntes, assim como a receita proveniente da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas.</p> <p>(E) de capital, assim como a receita industrial.</p>
<p>30. O motivo, um dos requisitos do ato administrativo, pode ser conceituado como o</p> <p>(A) fim público último ao qual se subordina o ato da Administração, que é nulo na sua ausência.</p> <p>(B) objeto do ato, que deve coincidir sempre com a vontade da lei.</p> <p>(C) conteúdo intransferível e improrrogável que torna possível a ação do Administrador.</p> <p>(D) pressuposto de fato e de direito em virtude do qual a Administração age.</p> <p>(E) revestimento imprescindível ao ato, visto que deixa visível sua finalidade para ser aferida pelos administrados.</p>	<p>34. Em um processo administrativo, o administrado deve praticar um ato para o qual não há disposição específica quanto ao prazo. Nesse caso, presume-se que o prazo é de</p> <p>(A) 15 dias, mas pode ser dilatado até o dobro.</p> <p>(B) 10 dias, que nunca pode ser dilatado.</p> <p>(C) 10 dias, mas pode ser dilatado até o dobro.</p> <p>(D) 5 dias, que nunca pode ser dilatado.</p> <p>(E) 5 dias, mas pode ser dilatado até o dobro.</p>
<p>31. O Prefeito Totonho Filho, cumprindo todas as formalidades, desapropriou um imóvel para construir uma escola no local. Esse ato administrativo pode ser classificado como ato</p> <p>(A) de expediente.</p> <p>(B) vinculado.</p> <p>(C) de gestão.</p> <p>(D) complexo.</p> <p>(E) de império.</p>	<p>35. A lei que regula os processos administrativos no âmbito federal prevê que a competência é</p> <p>(A) irrenunciável e nunca pode ser delegada nem sofrer avocação.</p> <p>(B) irrenunciável, mas pode, em certos casos, ser delegada e, excepcionalmente, sofrer avocação temporária.</p> <p>(C) renunciável apenas nas hipóteses de delegação e de avocação, para as quais é dispensada qualquer justificação.</p> <p>(D) renunciável apenas nos casos de livre delegação, pois a avocação não implica renúncia por ser originária de hierarquia superior.</p> <p>(E) renunciável, seja nos casos de livre delegação, seja nos de avocação, seja nos de substituição de um órgão por outro.</p>

<p>36. O recurso cabível das decisões administrativas, segundo a lei que regula os processos administrativos no âmbito federal, deve ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão. Nesse caso, o prazo para interposição do recurso é de</p> <p>(A) 15 dias, suas razões são de legalidade e de mérito, e a decisão superior deve ser prolatada no prazo improrrogável de 30 dias.</p> <p>(B) 15 dias, igual ao prazo para reconsideração do prolator, e a decisão superior deve ser prolatada no prazo de 30 dias, prorrogável por igual período.</p> <p>(C) 10 dias, suas razões são de legalidade e de mérito, e sempre depende de caução.</p> <p>(D) 10 dias, suas razões são de legalidade e de mérito, e, salvo exigência legal, independe de caução.</p> <p>(E) 10 dias, igual ao prazo para reconsideração do prolator, e a decisão superior deve ser prolatada no prazo improrrogável de 30 dias.</p>	<p>40. A emenda à Constituição</p> <p>(A) poderá se dar por projeto de iniciativa do Chefe de qualquer dos Poderes da República.</p> <p>(B) será submetida à sanção do Presidente da República e terá validade após sua promulgação e publicação.</p> <p>(C) poderá ser aprovada na vigência de estado de sítio, mas não na vigência de intervenção federal.</p> <p>(D) poderá ser aprovada na vigência de intervenção federal, mas não na vigência de estado de sítio.</p> <p>(E) não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, em relação à matéria que constava de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada.</p>
<p>37. Minha empresa foi vencedora na licitação cujo objeto era realizar, em 60 dias, o cabeamento lógico e energético para os computadores em novo prédio do Tribunal. Todavia, passados mais de 90 dias da assinatura do contrato, o prédio ainda não está pronto e o local não me foi entregue para os trabalhos. Nesse caso, não tenho culpa em razão de</p> <p>(A) fato da Administração.</p> <p>(B) fato do príncipe.</p> <p>(C) caso fortuito.</p> <p>(D) força maior.</p> <p>(E) interferência imprevista.</p>	<p>41. É correto afirmar que</p> <p>(A) o Poder Legislativo nacional é exercido pelos Deputados e pelos Senadores.</p> <p>(B) o Congresso Nacional se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.</p> <p>(C) o Senado compõe-se de representantes do povo, com mandato de oito anos.</p> <p>(D) a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, com mandato de quatro anos.</p> <p>(E) o Congresso Nacional se compõe dos Deputados e dos Senadores.</p>
<p>38. Na concessão de serviço público vige a regra no sentido de que deve ser feita</p> <p>(A) concorrência, exceto quando dispensada pela lei.</p> <p>(B) licitação, exceto nos casos legais de inexigência.</p> <p>(C) licitação, que é seu requisito indispensável.</p> <p>(D) licitação, exceto quando dispensável ou inexigível.</p> <p>(E) licitação, sempre que, fundamentadamente, se julgar possível a competição.</p>	<p>42. Nos expressos termos da Constituição da República, o Ministério Público é</p> <p>(A) instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.</p> <p>(B) órgão auxiliar da Justiça, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais indisponíveis.</p> <p>(C) instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.</p> <p>(D) instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV.</p> <p>(E) instituição permanente incumbida diretamente da representação judicial da União e das atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.</p>
<p>39. Pode ser objeto de deliberação proposta de emenda à Constituição tendente a abolir</p> <p>(A) a forma federativa de Estado.</p> <p>(B) a pena de morte, em caso de guerra.</p> <p>(C) o voto direto, secreto, universal e periódico.</p> <p>(D) a separação dos Poderes.</p> <p>(E) os direitos e as garantias individuais.</p>	<p>43. O Ministério Público da União é chefiado pelo</p> <p>(A) Ministro da Justiça.</p> <p>(B) Advogado-Geral da União.</p> <p>(C) Promotor-Geral da União.</p> <p>(D) Presidente do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) Procurador-Geral da República.</p>

<p>44. O Ministério Público, no exercício de sua autonomia administrativa, pode</p> <p>(A) propor ao Poder Executivo a política remuneratória.</p> <p>(B) criar e extinguir seus cargos e serviços auxiliares.</p> <p>(C) suplementar as verbas necessárias.</p> <p>(D) propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares.</p> <p>(E) fixar seu orçamento, dentro dos limites da lei de diretrizes orçamentárias.</p>	<p>48. São privativos de brasileiro nato, dentre outros, os cargos</p> <p>(A) de Presidente, de Vice-Presidente da República e de Deputado Federal.</p> <p>(B) da carreira diplomática, de oficial das Forças Armadas e de Presidente do Senado Federal.</p> <p>(C) de Presidente, de Vice-Presidente da República e de Senador.</p> <p>(D) do Poder Judiciário Federal, da carreira diplomática e de oficial das Forças Armadas.</p> <p>(E) de Presidente, de Senador e de Deputado Federal.</p>
<p>45. São princípios da Administração Pública, literalmente previstos no <i>caput</i> do art. 37 da Constituição Federal:</p> <p>(A) constitucionalidade, proibição administrativa, impessoalidade e eficácia.</p> <p>(B) impessoalidade, moralidade, publicação, legitimação e eficiência.</p> <p>(C) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.</p> <p>(D) impessoalidade, eficácia, proibição, moralidade e publicação.</p> <p>(E) presunção de constitucionalidade, publicação, impessoalidade e moralidade.</p>	<p>49. Observe as proposições abaixo:</p> <p>I. É permitida a acumulação remunerada de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários, de dois cargos de professor.</p> <p>II. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, ainda quando houver compatibilidade de horários, quaisquer que sejam os cargos.</p> <p>III. É permitida a acumulação remunerada de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários, de um cargo de professor com outro, técnico ou científico.</p> <p>Está correto SOMENTE o que se afirma em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>46. A Constituição da República dispõe que nenhuma pena passará da pessoa do condenado,</p> <p>(A) podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.</p> <p>(B) assegurando que os sucessores não sejam atingidos, em nenhuma hipótese, em virtude do caráter pessoal da pena.</p> <p>(C) mas admite, apenas para efeitos patrimoniais, a responsabilização solidária dos sucessores.</p> <p>(D) podendo, no caso de improbidade administrativa, a obrigação de reparar o dano ser solidariamente estendida aos sucessores.</p> <p>(E) assegurando que os sucessores não sejam atingidos, salvo se ocorreu culpa grave do condenado.</p>	<p>50. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente</p> <p>(A) da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(B) do Congresso Nacional, o do Supremo Tribunal Federal e o do Senado Federal.</p> <p>(C) do Senado Federal, o do Supremo Tribunal Federal e o da Câmara dos Deputados.</p> <p>(D) do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados, e o do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) do Senado Federal, o do Supremo Tribunal Federal e o do Congresso Nacional.</p>
<p>47. A instituição do júri</p> <p>(A) é reconhecida, assegurados a plenitude de defesa, a publicidade das votações, a soberania dos veredictos e a competência para julgamento dos crimes hediondos, inclusive os praticados contra a vida.</p> <p>(B) não mais é reconhecida expressamente pela Constituição, mas continua aceita pela lei processual, em virtude dos princípios e fundamentos que dão base a ela.</p> <p>(C) é reconhecida, assegurados a plenitude de defesa, a publicidade dos votos e a soberania dos veredictos, soberania esta que impede a interposição de recurso contra as decisões dos jurados.</p> <p>(D) é reconhecida, assegurados a plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.</p> <p>(E) não mais é reconhecida pela Constituição, salvo para os crimes dolosos contra a vida ocorridos antes de sua promulgação e os hediondos posteriores à sua vigência.</p>	<p>51. A caracterização da relação de emprego</p> <p>(A) é formal, requerendo ajuste expresso.</p> <p>(B) dispensa forma especial.</p> <p>(C) requer a pessoalidade quanto à figura do empregador.</p> <p>(D) dispensa a pessoalidade na prestação de serviços.</p> <p>(E) requer subordinação técnica.</p>

<p>52. Uma empresa requereu ao Ministro do Trabalho autorização para reduzir o intervalo para refeição e descanso de seus empregados para menos de uma hora por dia, comprovando que atende integralmente às exigências concernentes à organização dos refeitórios e que seus empregados não estão sob regime de prorrogação extraordinária de trabalho. O pedido poderá ser</p> <p>(A) deferido depois de ouvida a Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho do Ministério do Trabalho.</p> <p>(B) deferido depois de ouvido o Ministério Público do Trabalho.</p> <p>(C) indeferido porque em nenhuma hipótese o intervalo para refeição e descanso poderá ser inferior a uma hora.</p> <p>(D) indeferido porque a redução do intervalo intrajornada depende da celebração de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.</p> <p>(E) indeferido porque a redução do intervalo intrajornada depende de lei especial.</p>	<p>56. Com relação ao contrato de trabalho, é correto afirmar que</p> <p>(A) pode ser celebrado entre uma construtora e uma pequena empresa de mão-de-obra.</p> <p>(B) somente se prova pelas anotações constantes da CTPS ou por instrumento escrito.</p> <p>(C) é permitido contrato por prazo determinado para a execução de atividade de caráter transitório.</p> <p>(D) o contrato de experiência não pode ser prorrogado.</p> <p>(E) em caso de falência da empresa, os direitos decorrentes dos contratos de trabalho ficam automaticamente extintos.</p>
<p>53. A porcentagem do salário mínimo a ser paga em dinheiro, quando parte da remuneração é paga <i>in natura</i> é</p> <p>(A) no mínimo 20%.</p> <p>(B) no máximo 20%.</p> <p>(C) no máximo 30%.</p> <p>(D) no mínimo 30%.</p> <p>(E) no mínimo 50%.</p>	<p>57. De acordo com a previsão legal, extingue-se a relação de emprego</p> <p>(A) na venda do estabelecimento comercial.</p> <p>(B) na aposentadoria espontânea.</p> <p>(C) no fechamento de uma filial.</p> <p>(D) na hipótese de falecimento do sócio-gerente da empregadora.</p> <p>(E) na privatização de empresa pública.</p>
<p>54. Após cada período de 12 meses de trabalho, o empregado que tiver faltado injustificadamente ao serviço entre 15 e 23 dias, terá direito a férias de</p> <p>(A) 7 (sete) dias corridos.</p> <p>(B) 7 (sete) dias úteis.</p> <p>(C) 15 (quinze) dias corridos.</p> <p>(D) 15 (quinze) dias úteis.</p> <p>(E) 18 (dezoito) dias corridos.</p>	<p>58. O direito à igualdade salarial, mediante equiparação, pressupõe</p> <p>(A) a existência de quadro organizado em carreira.</p> <p>(B) a prestação de serviço no mesmo horário.</p> <p>(C) a diferença de tempo de serviço na empresa inferior a dois anos.</p> <p>(D) igualdade de produtividade, ainda que sem a mesma perfeição técnica.</p> <p>(E) a identidade funcional.</p>
<p>55. As férias devem ser pagas em dobro quando</p> <p>(A) o empregado permanece vinte meses trabalhando sem gozá-las.</p> <p>(B) o empregador deixa de conceder as férias no mês subsequente ao período aquisitivo.</p> <p>(C) o empregador concede as férias nos doze meses seguintes ao período aquisitivo.</p> <p>(D) o empregador concede as férias após os doze meses seguintes ao período aquisitivo.</p> <p>(E) ocorre a cessação do contrato de trabalho por iniciativa do empregador.</p>	<p>59. A transferência do empregado para localidade diversa da que resultar do contrato de trabalho</p> <p>(A) pode ser determinada em caso de necessidade de serviço, independentemente de qualquer pagamento suplementar.</p> <p>(B) depende exclusivamente do empregador, se a possibilidade de transferência estiver prevista no contrato.</p> <p>(C) pode ser determinada em caso de necessidade de serviço, ficando o empregador sujeito a um pagamento suplementar mínimo de 25% dos salários do empregado, enquanto durar a transferência.</p> <p>(D) é lícita quando ocorrer desativação de parte do estabelecimento em que trabalhar o empregado.</p> <p>(E) não pode ser determinada para detentores de cargo de confiança.</p> <p>60. O número de regiões e a jurisdição dos Tribunais Regionais do Trabalho somente podem ser alterados por</p> <p>(A) lei ordinária federal.</p> <p>(B) decreto do Presidente da República.</p> <p>(C) deliberação do Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(D) provimento do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) portaria do Ministério do Trabalho.</p>